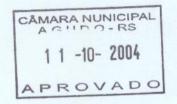


O 3 SET. 2004

PROTOCOLO
N°. 15400

#### PROJETO DE LEI

P.L. 36/2004-E Recebido em 03SET2004 Câmara Municipal de Agudo



AUTORIZA PRORROGAÇÃO DE CONTRATATO DE MÉDICO POR NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

## LAURO REINOLDO REETZ, PREFEITO MUNICIPAL DE AGUDO,

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

- Art.1°- Fica o Executivo Municipal autorizado a prorrogar o contrato de Médico, autorizado pela Lei Municipal n.º 1.541/04, por necessidade temporária de excepcional interesse público, com carga horária de 20 horas semanais, para exercer suas atividades na Secretaria Municipal da Saúde e Assistência Social (Posto de Saúde).
- Art.2º- O Contrato autorizado pelo artigo anterior é pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias e será de Natureza Administrativa, com o salário no valor de R\$ 2.206,98(dois mil, duzentos e seis reais e noventa e oito centavos) mensais, equivalente ao Padrão 11 do Quadro de Cargos do Município.
- Art.3°- As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária do exercício de 2004:

08 – SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.114 - Atendimento de Saúde a Comunidade

3.1.90.04.03.00.00 - Contratação p/Tempo Determinado de Profis.Saúde

3 1 90 13 02 01 00 - INSS - Servidores

Recursos 0040 - ASPS

Art.4°- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, aos 03 de setembro de 2004.

LAURO REINOLDO REETZ
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

HASSO HARRAS BRÄUNIG Sec. Mun. da Administração



## **MENSAGEM**

Senhor Presidente e Senhores Vereadores:

Ao cumprimentarmos Vossas Excelências, encaminhamos para apreciação desse egrégio Poder Legislativo, o Projeto de Lei que AUTORIZA PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE MÉDICO, POR NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Devido a exoneração de um profissional da área médica no mês de novembro de 2003, a desistência da vaga pelo profissional aprovado no concurso público e o grande número de pessoas que procuram atendimento no Posto de Saúde, faz-se necessária a prorrogação do contrato de um profissional da área médica, autorizado anteriormente pela Lei Municipal n.º 1541/2004..

Em anexo, enviamos o cálculo do impacto orçamentário-financeiro decorrente do presente Projeto de Lei.

Diante das considerações acima expostas, contamos com o apoio dos nobres Vereadores para a aprovação do Projeto de Lei em pauta e seus trâmites, **em regime de urgência.** 

LAURO REINOLDO REETZ

Prefeito Municipal.



## DECLARAÇÃO Nº 016/2004 ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

Meta a ser atingida: ALOCAR RECURSOS PARA A PRORROGAÇÃO DE UM CONTRATO NA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Objetivo da meta: ALOCAR RECURSOS PARA A PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE UM MÉDICO NA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL.

ESTIMATIVA DE GASTOS COM A FOLHA

Discriminativo	2004	2005	2006
SECR SAÚDE E ASS SOCIAL	8.172,00	8.172,00	0,00
TOTAL	8.172,00	8.172,00	0,00

ESTIMATIVA DE GASTOS COM ENCARGOS PATRONAIS - INSS

LUTHINITITY DE CITO			
Discriminativo	2004	2005	2006
TOTAL	1.556,49	1.556,49	0,00
101112			

ORIGEM DOS RECURSOS

TOTAL		9.728,49	9.728,49	0,00
08 - 2.114 - 3190.13.02.01.	00 040	1.556,49	1.556,49	0,00
08 - 2.114 - 3190.04.03.00.	00 040	8.172,00	8.172,00	0,00
DOTAÇÃO	RECURSO	2004	2005	2006

#### CONCLUSÃO

IMPACTO ORÇAMENTÁRIO

x Atende ao inciso I do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000.

IMPACTO FINANCEIRO

Atende ao inciso I do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000

AGUDO, 01 de setembro de 2004.

ERVEDO ROOS

SECRETÁRIO DA FAZENDA



# DECLARAÇÃO Nº 016/2004

# DECLARAÇÃO DE ORDENADOR DE DESPESA

EU, VALMI DULCE RADDATZ, Secretária Municipal da Saúde e Assistência Social, no uso de minhas atribuições legais e em cumprimento às determinações do inciso II do art. 16 da Lei Complementar 101-2000, na qualidade de Ordenador de Despesa, e à vista da estimativa do Impacto Orçamentário-Financeiro nº 016/2004, datado de 01 de setembro de 2004, DECLARO existir recursos para realizar a PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE UM MÉDICO, estando adequada à Lei 1535/2003 (Lei Orçamentária Anual) e compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual.

AGUDO, 01 de setembro de 2004.

VALMI DULCE RADDATZ

Secretária da Saúde e Assistência Social